vinetur

Investigadores sul-africanos propõem imposto sobre a cerveja em três escalões, que poderá reduzir em 14,3% o consumo de álcool puro

O modelo propõe que o Tesouro Nacional tribute a cerveja por escalões de ABV, com limites de 3,5% e 4,5%, partindo da reformulação dos produtos pelos produtores

sexta-feira, 20 de novembro de 2026



Um grupo de investigadores sul-africanos propôs um imposto sobre a cerveja em três escalões que, segundo estima, poderá reduzir em 14,3% a quantidade de álcool puro consumida através da cerveja, incentivando os produtores a comercializar produtos com menor teor alcoólico.

A proposta foi apresentada numa análise publicada pela Polity na quinta-feira, 19 de novembro, com o título Como as alterações aos impostos sobre a cerveja podem salvar vidas. A Polity explicou que o artigo reproduzia um trabalho de investigadores associados à Research Unit on the Economics of Excisable Products, ou REEP, da University of Cape Town. A proposta dirige-se ao Tesouro Nacional da África do Sul, responsável pela política orçamental e fiscal.

Os investigadores não descrevem uma alteração fiscal já adotada. Modelam a forma como uma estrutura diferente de imposto especial de consumo poderia alterar o teor alcoólico da cerveja vendida na África do Sul, caso os fabricantes respondessem integralmente aos incentivos fiscais através da reformulação dos produtos.

Esta distinção é importante. A redução estimada de 14,3% diz respeito ao consumo de álcool puro através da cerveja, não a uma diminuição equivalente do volume total de cerveja vendido. Um produtor poderia, por exemplo, continuar a vender volumes semelhantes, reduzindo o teor alcoólico de algumas marcas para que passassem a integrar um escalão fiscal inferior.

No modelo de três escalões, a cerveja seria tributada em função do teor alcoólico volúmico, ou ABV. Os limites indicados na proposta são 3,5% e 4,5%, dentro de um intervalo de análise mais amplo, com início em 0,5% ABV. O modelo pretende criar um incentivo financeiro mais claro à produção e comercialização de cerveja com menos álcool.

A análise indica que uma estrutura deste tipo poderia influenciar mais do que a receita fiscal. Poderia afetar as decisões sobre receitas, os portefólios de produtos, as embalagens, os preços e o posicionamento da cerveja no mercado. Uma marca que passasse de um teor ligeiramente acima de um limite para um ligeiramente abaixo poderia ficar sujeita a uma carga fiscal diferente, dando aos produtores motivos para reduzir o teor alcoólico, ainda que por margens pequenas, mas comercialmente relevantes.

Os investigadores também modelaram um sistema de quatro escalões. Nesse cenário, a redução estimada do consumo de álcool puro através da cerveja sobe para 15,7%. Isto significa que o modelo de quatro escalões produz um efeito estimado superior ao da versão de três escalões, mas apenas em 1,4 pontos percentuais. Assim, na simulação, a proposta de três escalões é um pouco menos ambiciosa, embora continue a apontar para uma redução substancial do consumo de álcool proveniente da cerveja.

A publicação de 19 de novembro não apresentou novos dados sobre as vendas de cerveja. Resumiu conclusões de estudos anteriores e integrou um complemento metodológico publicado em agosto de 2026. Os valores devem ser entendidos como resultados simulados de um modelo de política fiscal, e não como um novo relatório estatístico sobre alterações no comportamento dos consumidores, na produção dos cervejeiros ou no desempenho mensal do mercado.

Esta é uma limitação importante quanto às conclusões que se podem retirar dos números. O estudo não apresenta variações absolutas em litros de cerveja vendidos, nem comparações de vendas entre meses ou entre anos. O material citado no artigo de 19 de novembro não inclui estimativas monetárias: apenas variações percentuais relacionadas com o consumo de álcool e o teor alcoólico.

A proposta insere-se numa área de investigação que analisa os chamados produtos sujeitos a impostos especiais de consumo, incluindo álcool, tabaco e bebidas açucaradas, sobre os quais os governos recorrem frequentemente à política fiscal não só para arrecadar receitas, mas também para influenciar comportamentos. Neste caso, a questão é saber se o sistema fiscal pode afastar o mercado da cerveja dos produtos com maior teor alcoólico sem depender exclusivamente de um aumento generalizado das taxas.

Um imposto mais diretamente ligado ao teor alcoólico funcionaria de forma diferente de um sistema uniforme que trata de maneira semelhante uma vasta gama de cervejas. Em teoria, quanto mais os impostos acompanham o teor alcoólico, maior é a pressão para que os produtores reduzam o ABV, desde que os consumidores continuem a aceitar o produto. Isso poderia passar pela reformulação de cervejas existentes, pelo lançamento de novas opções com baixo teor alcoólico ou por alterações na combinação de produtos promovidos, privilegiando os que se enquadram nos escalões fiscais inferiores.

A análise defende que o desenho do imposto é importante porque pode alterar os incentivos ao longo de toda a cadeia de abastecimento. Os produtores respondem às margens esperadas. Os retalhistas reagem aos preços e à procura dos consumidores. Estes, por sua vez, respondem à oferta disponível e à forma como os produtos são promovidos. Um sistema por escalões procura influenciar os três intervenientes, tornando a cerveja com menor teor alcoólico relativamente mais atrativa.

Ao mesmo tempo, a modelização assenta num pressuposto forte. Os cenários descritos pela REEP partem do princípio de que os produtores reformulam integralmente os produtos em resposta ao incentivo fiscal. Os resultados reais poderão ser diferentes se as empresas decidirem não alterar as receitas, se os consumidores rejeitarem versões

com menor teor alcoólico de marcas populares ou se a concorrência levar as empresas a absorver parte da alteração fiscal em vez de reformularem os produtos.

Estas ressalvas significam que a proposta deve ser entendida como uma opção de política fiscal, e não como uma previsão. Descreve o que poderá acontecer sob um conjunto de pressupostos, não o que acontecerá no mercado sul-africano da cerveja.

Ainda assim, o estudo oferece ao Tesouro Nacional um quadro concreto para ponderar a forma como a política de impostos especiais de consumo pode influenciar a saúde pública. A principal conclusão do modelo é que a estrutura do imposto sobre a cerveja, e não apenas o seu nível global, pode afetar a quantidade de álcool que os consumidores acabam por ingerir.

Para os produtores, isto poderá transformar a política fiscal numa questão de desenvolvimento de produto. Para os decisores políticos, coloca o desenho dos impostos especiais de consumo como uma ferramenta que pode ir além da arrecadação de receitas. E, para o mercado, sugere que até limites de ABV modestos, como 3,5% e 4,5%, podem influenciar as decisões empresariais se estiverem associados a diferenças fiscais significativas.